

MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIA

Carlos Roberto Drawin
Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte /
Universidade Federal de Minas Gerais
carlosdrawin@yahoo.com.br

RESUMO *A primeira parte do artigo contém uma reflexão sobre o estatuto filosófico da memória, valendo-se principalmente das contribuições de Paul Ricouer, a quem perturbava o “inquietante espetáculo que apresentam o excesso de memória aqui, o excesso de esquecimento acolá”. A partir desse quadro teórico, recorda-se a sua atuação no movimento estudantil belo-horizontino, que teve na FAFICH um dos seus principais esteios — atuação iniciada em 1967, a qual o levou posteriormente a ingressar na organização de esquerda AP (Ação Popular), no âmbito da qual participou em muitos episódios de combate à ditadura militar, instalada em 1964 no Brasil, a qual entrava numa fase de recrudescimento da repressão em 1968 com a decretação do AI-5. Destaca-se nesse texto não apenas o interesse sócio-político do relato, mas também a sua contribuição para a memória do departamento de filosofia da FAFICH, na medida em que narra sobre a sua experiência, inicialmente, de aluno e, posteriormente de professor.*

Palavras-chave *movimento estudantil, Ação Popular, ditadura militar no Brasil.*

ABSTRACT *The first part of the article contains a reflection on the philosophical status of memory, taking into account mainly the contribution of Paul Ricouer on the matter; to whom the “disquieting spectacle that present the excess of memory here as well as the excess of forgetting there” were equally disturbing. Relying on this presupposition, the author remembers that his activities in the student’s movement in Belo Horizonte, whose main base*

was the Faculty of Philosophy and Humanities (FAFICH), began in 1967, just before he joined the leftist organization AP (Ação Popular — Popular Action), where he participated in many episodes of fight against the military dictatorship that had begun in 1964, in Brazil, and reached its summit in 1968 with the increasing of repression of opposition's movements after the AI-5 decree. The contribution to the memory of the Department of Philosophy of the UFMG is related to the fact that the narrative comes from someone who was firstly a student and thereafter a professor of this department.

Keywords *students' movement, Ação Popular, Brazilian military dictatorship.*

Por ocasião da comemoração dos cinquenta anos de maio de 1968, convergente com os vinte e cinco anos de fundação do doutorado em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, fui honrado pelos organizadores do evento com o pedido de partilhar algumas lembranças de velho “faficheiro”. Agora eu as registro por escrito neste dossiê a ser publicado em número especial da Revista *Kriterion*. Na época me foi pedido um depoimento, palavra carregada de ressonâncias algo sombrias, pois na ditadura quem era chamado a depor já ia colocando as “barbas de molho”, expressão pertinente, até mesmo fisicamente, para os jovens esquerdistas de antanho inspirados pela revolução cubana. Sem garantias jurídicas, sujeito ao arbítrio autoritário, o depoente não gozava de amparo legal, já se sabia suspeito e, até mesmo, retido no cárcere.

Felizmente os tempos são outros, as lutas não foram vãs e o depoimento solicitado apenas se refere ao “depositar” algumas poucas lembranças, talvez um pouco distorcidas, na mesa comum na qual os jovens de ontem e os de hoje possam comungar a mesma repulsa pelas violências do poder. Comunhão somente possível se os fragmentos trazidos não se esgotarem no vão saudosismo, tão caro aos velhos, na fixação psicológica por uma juventude irremediavelmente naufragada no *gros temps* das “ilusões perdidas”. Os velhos são dados a “tresler”, como se costumava dizer, chegados a engrolar tolices, sandices e despropósitos. Contudo, nos ensina o “Houaiss”, “tresler” também é “ler de trás para diante, ler às avessas” e talvez, então, se possa pensar da pertinência de tomar o passado pelo presente, não para embolar o tempo, e sim para discernir nas perplexidades e sonhos de hoje a presença dos sonhos

e perplexidades de ontem. Forma-se, assim, o entretecido do presente de uma ausência na qual se mesclam os combates vitoriosos e das esperanças fraudadas.

Em meu depoimento, precário e lacunar, o “quem” da narrativa pouco importa, não passa de fulguração brevíssima da vida já vivida, o “quê”, porém, ainda não é irrelevante, pela simples razão de poder ou pretender assinalar “os elementos nomotéticos presentes na idiografia” e, por conseguinte, traçar o vínculo necessário “entre o contexto e a dimensão do vivido, em torno da ideia de dialética do social”, dialética esta a ser definida “como uma relação complexa, não identificável aprioristicamente” (FERRAROTTI, *apud* DOSSE, 2015, p. 248).

O meu depoimento contém algumas evocações daquele *annus mirabilis* que foi 1968 do modo como vivido nos espaços da cidade e, sobretudo, na antiga Fafich – a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, fundada em 1939 e agora já octogenária e venerável. Nela ingressei como estudante no Curso de Psicologia e algumas décadas depois eu me aposentei como professor de filosofia. Os muitos anos de docência forjaram hábitos bem arraigados como o desejo de expor e debater ideias e, por isso, não me foi possível deixar de acompanhar as memórias esparsas com algumas considerações teóricas.

Na abertura de seu monumental tratado ensaístico sobre a memória, a história e o esquecimento, Paul Ricoeur registrou como advertência:

Perturba-me o inquietante espetáculo que apresentam o excesso de memória aqui, o excesso de esquecimento acolá, sem falar da influência das comemorações e dos erros de memória – e de esquecimento. A ideia de uma política da justa memória é, sob esse aspecto, um dos meus temas cívicos confessos (RICOEUR, 2077, p. 17).

A preocupação de Ricoeur faz sentido, pois há uma política da memória nem sempre guiada pela ideia regulativa da justiça, porque a memória é sempre seletiva, seja involuntariamente, porque as evocações não nos surgem apenas espontaneamente, ou como fruto da intencionalidade consciente, seja voluntariamente, porque lembrar e dizer comporta sempre algum risco, não só para os donos do poder, mas também para as crenças hegemônicas e até mesmo para aquelas que lhes são aparentemente opostas. Bem observa a historiadora canadense Régine Robin:

O passado não é livre. Nenhuma sociedade o deixa à mercê da própria sorte. Ele é regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente. Por esse passado, normalmente distante, mais ou menos imaginário, estamos prontos para lutar, para estripar o vizinho em nome da experiência anterior de seus ancestrais. Embora surja uma nova conjuntura, um novo horizonte de expectativa, uma nova sede de fundação, nós o apagamos, esquecemos, remetemos à frente de outros episódios,

voltamos, reescrevemos a história, inventamos, em função das exigências do momento e das antigas lendas (ROBIN, 2016, p. 31).

As duas citações anteriores indicam a complexidade do ato mnêmico em suas múltiplas dimensões: voluntária e ativa, resultado do esforço consciente, e involuntária ou passiva, suscitada por algum gatilho associativo, como na vivência proustiana da “Madeleine”; ora espontânea, emergindo facilmente na superfície dos nossos relatos, ora recalçada, apenas despontando, frágil e penosamente, em nossas lembranças e falas; às vezes factual, quando o recordado é endossado pela pretensa objetividade historiográfica e quase sempre fantasiosa, quando a força da imaginação plasma nossos afetos em fatos; individual, por um lado, ao predominar o caráter subjetivo de nossa inserção no mundo e trabalho coletivo, no reconhecimento da primazia de sermos sempre uns com os outros, participantes de um destino comum; desejosa do refúgio no passado, como protesto ou recusa do presente; corajosa ao testemunhar no presente as cumplicidades do passado. Todos esses aspectos da memória, em suas diferenças e contradições, conjugam-se em tensão sem encontrarem o apaziguamento da síntese. Todos esses aspectos dizem respeito não apenas à recordação, mas também à sua alma gêmea e obscura, o esquecimento. Se entre eles há interpenetração e não síntese é porque não há astúcia racional capaz de proceder à mediação total das diferenças geradas pelo tempo. Por isso, adverte Ricoeur, há que “renunciar a Hegel” e resistir à *hybris* da suprassunção (*Aufhebung*) pela dolorosa consciência da impossibilidade de traduzir o tempo na inteligibilidade da história (RICOEUR, 2010, p. 329-351).

Nem mesmo é recomendável tudo recordar, como se fosse libertação colocar todo o vivido em palavras, como se a nós coubesse dissolver o enigma do tempo sem deixar resíduo algum em nossas narrativas. Há nas vidas passadas e presentes algo sempre indizível e é bom que assim seja, porque há na impotência do compreender e do narrar a germinação do futuro, os limites da memória não apontam apenas para baixo, para a incontornável condição de sermos finitos, apontam também para cima ou, se quisermos, para a frente, por serem signos de transcendência, razões inauditas de esperança. Se tudo lembrássemos nada poderíamos perdoar e sem perdão entregaríamos o amanhã apenas à desconfiança e ao medo.

Como observa Domenico Jervolino, comentando a obra ricoeuriana:

O esquecimento é o emblema da vulnerabilidade própria à condição histórica daqueles seres humanos que nós somos, enquanto ele é em primeiro lugar sentido como um atentado à confiabilidade da memória e a memória, deste ponto de vista, é uma luta contra o esquecimento. Por outro lado, uma memória sem esquecimento, uma memória que não se esquecesse de nada, seria um espectro ameaçador, a última figura daquela

reflexão total que é tarefa constante da hermenêutica ricoeuriana desmascarar e dissolver (JERVOLINI, 2011, p. 106).

O perigo reside aqui no esquecimento manipulado, na lembrança impedida, na memória aviltada. O perdão não se confunde com a conveniência, o que ocorre se o ato de perdoar não for hipotecado pela exigência da justiça. Esta o torna dificultoso e comprometido com árdua travessia, a da denúncia das injustiças, opressões e violências infligidas e sofridas. O esquecimento bem pode ser cômoda negação da responsabilidade pelas “dores do mundo” e o perdão torna-se, então, mera levandade para com o sofrimento dos injustiçados, revelando-se como confortável descaso para com o conflito e a luta. A celebração do amor à vida não contradiz, antes supõe a assunção da responsabilidade e a imputação da culpa (RICOEUR, 2007, p. 465).

Em meio aos seus descaminhos e riscos a memória não oferece alternativa à fluidez e corrosão do tempo senão a força configuração narrativa, pois a transcrição narrativa de nossas ações é a atividade mediadora entre o mundo vivido, desde sempre atravessado pela linguagem, e as novas interpretações e iniciativas visando a sua refiguração com o compromisso de torná-lo humanamente habitável. Assim, o “viver para contar”, título da deliciosa autobiografia de Gabriel García Márquez, não visava encerrar a sua vida na trama de um tempo definitivamente perdido, antes queria o redescobrir, por saber que o “círculo mimético” não se fecha em si mesmo, porque contar pode fazer da “imitação da vida” uma forma de repúdio à escuridão do presente, nela abrindo pequenas frestas de luz pelas quais entrevemos as lutas do passado. Trata-se de contar para viver não fazendo da repetição o registro morto do já feito, mas lançando no tempo uma aposta na reiteração diferencial do sentido (RICOEUR, 2010 a, p. 56-147)

A memória coletiva é imprescindível para a construção do destino comum dos povos, os povos amnésicos são destinados a reviverem no presente os horrores do passado sem poder reivindicar o álibi de uma época que não poderia ultrapassar o limite imposto por sua consciência possível. Assim, por exemplo, não há como alegar inocência quando a escravidão de ontem se reencarnou no continuado massacre das periferias urbanas de hoje, a atingir quase sempre os jovens excluídos, pobres e negros. A memória individual também é imprescindível para a construção da identidade de cada um, quer na afirmação de sua singularidade, quer em sua abertura à alteridade.

Freud concebia o psiquismo como um “aparelho de memória”. Para ele a consciência perceptiva é um fluxo vertiginoso e contínuo a custo interrompido pelo esforço da atenção. De qualquer forma as nossas vivências se esvaem com incrível rapidez, mas não desaparecem sem deixar rastros. Não fluem apenas para

trás, desaparecendo no aquém do presente, porque deságuam no inconsciente e nele elas deixam marcas indeléveis, como nas cachoeiras a queda incessante das águas escava as pedras. Para além do imediato vivido tudo é memória e esta não é mero “quarto de despejo”, porão onde deixamos e esquecemos os objetos mortos e abandonados. A memória tem vida e retorna numa fantasmagoria que assombra e perturba o domínio egóico da linguagem intencional, da razão controlada e da ação voluntária. O retorno do recalcado cobra o preço dos sintomas, das compulsões, angústias e passagens ao ato. Ao rejeitarmos o balanço das perdas acabamos por mergulhar na melancolia e deixamos de viver a vida possível, sem nela discernir potencialidades insuspeitadas. Sem a retomar o passado nos atolamos na inibição e no ensimesmar-se, na tristeza e na desolação. O combate à melancolia só é possível por meio do luto, por meio do trabalho de reelaboração das perdas e fracassos, de modo a liberar novamente o Eu para seus investimentos libidinais e despertá-lo outra vez para o interesse do mundo (FREUD, 2010, p. 171-194)

Certamente a vida passa deixando dolorosa trilha de perdas. Difícil não as ver. O mesmo ocorre nas coletividades, mas aí, desprovida do agulhão do sofrimento individual, a visão torna-se turvada pelas manipulações dos poderosos de hoje, aqueles que não têm muito a temer da memória passiva (mneme), mero registro do já ocorrido, mas muito temem a reminiscência (anámnese) enquanto memória ativa a assinalar nas lutas idas as que ainda virão. Se eles se dão ao luxo de escarnecer as vítimas de ontem o fazem por medo dos combatentes de hoje.

Deixemos as ideias para ir às revivescências. Fui aluno do antigo Colégio Loyola, dirigido pelos padres jesuítas sob a firme orientação da *Ratio Studiorum* na qual convivia a severa disciplina, a valorização da inteligência e o estímulo espiritual. O colégio de então não admitia meninas e nele não lecionava nenhuma professora, daí é fácil imaginar as muitas fantasias e inibições suscitadas pelas saias ausentes, sobretudo para aqueles, como eu, proveniente de uma casa gerida por pai de forte tradição luterana e alemã na qual a generosidade e o acolhimento não incluíam a frouxidão dos costumes e a menor menção às tentações da sexualidade. No colégio, por meio da prática dos Exercícios Espirituais de Santo Inácio de Loyola, descobri as duas vertentes de minha vocação: o gosto pelas especulações e pelas literaturas, sendo por elas continuamente alimentado por meio de leituras vorazes, constantes, mas muito dispersas. A elas logo se somou o interesse pela política agulhoado pela indignação com relação à desordem do mundo. Fui aluno medíocre, tirava notas péssimas, pois ao invés de estudar matemática lia Sartre e no lugar do futebol preferia o trabalho social numa favela próxima.

O aluno exemplar do colégio era aquele de bom desempenho nos estudos formais, os possíveis herdeiros da fortuna e dos empreendimentos familiares, normalmente voltados para os cursos de medicina e engenharia. Só não fui convidado a me retirar do colégio simplesmente por ser considerado pelos formadores como extremamente sério e candidato muitíssimo viável para o ingresso das fileiras jesuíticas. De fato acalentei esse ideal até o término do ensino médio quando, desorientado e pressionado a escolher, fiz o vestibular, ainda não unificado, para o Curso de Psicologia, profissão e ciência que eu desconhecia por completo.

Tais digressões pessoalíssimas não respondem à pretensão de dar relevância a uma vida desimportante, não obstante, podem servir como preâmbulo para avaliar o choque por mim sofrido, estudante tímido e clerical que eu era, ao entrar no prédio da Rua Carangola que sediava um leque de cursos muito diversos – da Filosofia à Química, da Matemática às Ciências Naturais – todos voltados à formação de professores (ARREGUY, 2014, p. 13-16). Corria, então, o remoto ano de 1967 e a ditadura civil-militar, após as turbulências que se seguiram ao golpe de 1964, abandonava a máscara da democracia e do caráter transitório do regime para assumir o seu rosto autenticamente autoritário e o seu projeto de permanecer longamente no poder. Todavia, a efervescência cultural anterior ao golpe, retornava com intensidade no teatro, no cinema, nas ciências humanas, na filosofia, nos costumes e nas discussões acaloradas e fundia todas essas contrastantes posições e exaltados sentimentos no mesmo cadinho da revolta contra o regime. Para mim, a Fafich era impactante, mas o fazia de diferentes modos: nos estudos do Curso de Psicologia; no clima político em crescente radicalização e nos primeiros sinais de contracultura.

Apesar do espaço apertado para a convivência de tantos cursos – quando cheguei lá ainda permaneciam os departamentos de Ciências Sociais, Psicologia, Educação, História natural, Geografia, Letras, Comunicação, História e Filosofia – com eles eu não interagira academicamente, pois as disciplinas da psicologia já eram muitas e abrangiam largo espectro de conhecimentos: da Neuroanatomia à Antropologia Cultural, da Estatística à Psicologia Experimental. Pouco se falava de filosofia e contra ela havia a animosidade gerada pela afirmação algo adolescente do caráter científico e independente dos saberes psicológicos e estes eram muito fragmentários e mesmo antagonísticos em seus pressupostos, métodos e consequências. Alguns professores adeptos estritos do “behaviorismo” não escondiam sua aversão pela literatice filosófica ou pela carência de rigor da psicanálise. Sobre a qual, aliás, recebi apenas escassas e superficiais informações em algumas das disciplinas centrais do currículo, como a Psicopatologia e a Psicologia da Personalidade. Alunos vindos da rígida formatação do ensino

médio, nós ficávamos perdidos em meio às polêmicas acres e às teorizações desencontradas. No meu caso, coração inquieto e ardendo por especulações elevadas e fascinantes sobre a alma humana, não tardei a me decepcionar com a aridez e o prosaísmo das teorias psicológicas difundidas pelas dezenas de apostilas de procedência americana. Mas se a decepção não tardou, logo foi largamente compensada pela atmosfera febril da política.

A reação do Movimento estudantil logo após o golpe de 1964 foi ambígua. Os universitários eram poucos e pertenciam à elite do país e esta havia recebido com entusiasmo a derrota do comunismo, do populismo de esquerda e o afastamento ameaça “vermelha”, representada pela agitação social, e as reivindicações das classes trabalhadoras. O incêndio emblemático da União Nacional dos Estudantes, no momento mesmo do golpe, significou o alijamento das lideranças estudantis de esquerda. Os atos de exceção iniciais pareciam ser instrumentos necessários à purificação da política, corrupta e corruptora, e do saneamento de uma cultura conspurcada por uma intelectualidade alheia à tradição religiosa e familiar dos brasileiros. Assim acreditavam as classes médias, embaladas pela retórica ideológica do poder militar supostamente transitório e democrático. Todavia, os militares associados aos interesses geopolíticos do grande capital logo mostraram que vieram para ficar, sem concessões aos ideais políticos do liberalismo. Os estudantes, a franja mais sensível das classes médias, não demoraram a “sentir o golpe”, ou seja, a perceber o caráter golpista e francamente reacionário da tomada do poder pela direita. Ainda em novembro de 1964 a Lei Suplicy desautorizava as expectativas da liberdade e autonomia universitárias. Em seguida vieram os Atos Institucionais dois e três (AI-2 e AI-3), instaurados em outubro de 1965 e em fevereiro de 1966, com os objetivos de controlar o Congresso, cercear o Judiciário, instalar o bipartidarismo e as eleições indiretas. Posteriormente vieram o Decreto Aragão, proibindo a UNE e outras entidades estudantis, como as uniões estaduais, as revelações dos acordos MEC-Usaid e o Relatório Atcon, estes últimos indicando a clara interferência norte-americana na política educacional da ditadura. Com as sucessivas decepções com relação às intenções do regime, o segmento liberal do Movimento Estudantil foi obrigado a recuar e as lideranças de esquerda, atravessadas por inúmeras querelas e divergências quase esotéricas, passa a protagonizar a luta contra o regime. Com o avanço das medidas ditatoriais é desencadeando, no decorrer do ano de 1966, um ciclo cada vez mais radicalizado de manifestações de rua e repressão policial (VALLE, 2008, p. 31-39).

Neste ano eu não estava ainda na Fafich e não tinha a menor consciência acerca das divergências ideológicas e estratégicas da esquerda. Movido

apenas pela indignação moral participei com exaltação das passeatas e em dois momentos estive bem próximo da prisão. A primeira vez quando, acudados pela polícia, nos refugiamos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e por lá ficamos, cercados e ameaçados, até a obtenção de nossa liberação graças às negociações de um grupo de deputados. Algum tempo depois, invadimos a Faculdade de Direito da UFMG, onde ficamos novamente sitiados pela polícia, durante aproximadamente 15 horas. Horas de grande tensão e insegurança, que remediávamos nos preparando para a invasão com paus e pedras e algumas poucas garrafas de coquetéis Molotov. Acabamos outra vez liberados em decorrência da intervenção do governador do Estado e do Arcebispo de Belo Horizonte.

Em março de 1967, a minha entrada no Curso de Psicologia da Fafich coincidiu com a posse do general Costa e Silva na presidência da República. Apesar de alguns acenos pouco críveis de redemocratização, a pressão militar sobre o governo aumentou consideravelmente. Como acabei de relatar, eu já havia participado das manifestações estudantis no meu último ano do Ensino Médio, mas não era ainda um militante. A transformação ocorreu quando fui me inteirando das organizações de esquerda atuantes sob a superfície do Movimento Estudantil e de suas entidades aceitas como legais, o Diretório Central dos estudantes (DCE) e os Diretórios Acadêmicos. No confronto ideológico o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o chamado “partidão”, era visto com desconfiança, tido por excessivamente moderado e conciliador. A ele nos opúnhamos, autênticos revolucionários: o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Ala Vermelha, dissidência do PCdoB, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop) e, finalmente, a Ação Popular (AP), organização à qual logo aderi. A Ação Popular, fundada antes do golpe, em 1962, se originou da crescente inclinação à esquerda dos universitários católicos provenientes, sobretudo, da Juventude Universitária Católica (JUC). Com o apoio de parte significativa da hierarquia católica ao golpe e com o silêncio atemorizado dos bispos mais progressistas, que deixaram ao desabrigo muitos líderes católicos presos, a Ação Popular se distanciou não só da instituição eclesial, como também das concepções cristãs. Quando eu fui cooptado pela organização, trabalho designado no jargão da época como “ampliação”, o processo foi bem simples: leitura e discussão do Documento Base, adesão firme às teses e diretrizes ali propostas, adoção de um nome de guerra, o meu foi “Omar”, participação em uma “célula” e em eventuais encontros mais amplos e, de não menor importância, a submissão às orientações práticas e teóricas das coordenações regional e nacional conforme os princípios do “centralismo democrático”, que propunha, após a discussão pelas bases da organização, a

necessidade de total obediência dos militantes após a tomada de decisão por parte da cúpula dirigente (MEDEIROS FILHO, 2014, p. 251-258).

Para mim a Fafich acabou cindida em duas: a acadêmica, com a já mencionada chatice da pretensão científica e técnica da psicologia, e a revolucionária, comprometida com o combate pela derrubada do regime militar e a posterior implantação do socialismo, para nós, único caminho aceitável para a verdadeira humanização do ser humano. Ao invés de ler as irrelevantes apostilas traduzidas do inglês, melhor era ler Marx, Engels, Lênin, Trotsky, a quem repudiávamos por seu esquerdismo, e os textos maoístas, os quais eram objetos de nossa veneração. Nesta outra Fafich corria o autêntico sangue da vida e em breve correria também o sangue da morte. Nós nos acreditávamos verdadeiros agentes da revolução socialista e nos víamos prestes a descer em triunfo de alguma “Sierra Maestra” das proximidades.

O grupo pertencente à Ação Popular foi escolhido, em eleição acirrada, para conduzir o Diretório Acadêmico da Fafich. Eu era parte da diretoria, presidida por Waldo Silva, e ajudava na preparação das manifestações, aderindo à perspectiva do enfrentamento sem tréguas do regime militar. Toda tentativa de diálogo, defendida por outras correntes do movimento, era considerada espúria, adesista e inexoravelmente fadada ao fracasso. Esta era a orientação da Ação Popular representada no nível nacional por Luis Travassos, então presidente da UNE. No final de 1967, a vinda do ditador Costa e Silva a Belo Horizonte nos pareceu ocasião bastante propícia para o desmascaramento dos propósitos hipócritas da ditadura. Luis Travassos veio do Rio para liderar o movimento em Belo Horizonte e eu fui designado para compor a sua comissão de segurança, o grupo encarregado de protegê-lo, e foi quando caí preso. Caí literalmente, com um soco na cara dado por um agente do antigo DOPS, mas devo dizer que após alguns safanões e ameaças físicas, ao contrário de Plínio Arantes, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito, fui levado incólume à minha cela onde permaneci por quase trinta dias e fui processado pela Lei de Segurança Nacional com a acusação ridícula de incitar à rebelião.

O tempo preso foi de leitura, algumas bastante piedosas, e de reflexão pessoal, mas também de discussão política com outros companheiros presos e muita ansiedade com o que iria nos acontecer. A minha prisão foi branda, os “anos de chumbo” ainda não tinham chegado, a Polícia Federal, onde prestei depoimento, nem se inteirou de minha militância na Ação Popular. Fui beneficiado por um *Habeas Corpus* impetrado pelo admirável advogado Jair Leonardo Lopes, por quem desde então nutri grande respeito e admiração.

Deixando a prisão voltei à Fafich incendiária e às tarefas da mobilização. O assassinato do estudante Edson Luís no Rio de Janeiro em 28 de março de 1968

foi o estopim para o verdadeiro acirramento na luta contra o regime militar. As primeiras reações à morte do estudante foram de comoção das classes médias, repúdio por diversas instituições e parte da mídia e bem breve retrocesso da repressão. Mas logo a repressão voltou a recrudescer com a proibição no dia 1º de abril de qualquer manifestação política em todo o país. A decisão das lideranças de enfrentar a polícia e não apenas repetir a tática consagrada da fuga produziu a reação furiosa das forças repressivas. Em Belo Horizonte nas passeatas de abril e maio a polícia militar chegou a atirar contra a multidão e por pouco a situação não saiu de controle e não houve um massacre. O mesmo ocorreu em todo país – alguns mortos, dezenas de presos e feridos – apesar da simpatia popular e da frente de oposição reunida na chamada passeata dos 100 mil, realizada em junho daquele ano. No segundo semestre de 1968 organizamos o encontro clandestino, na União Estadual dos Estudantes (UEE) no prédio da rua Carangola. A reunião foi denunciada, a polícia cercou o prédio e o invadiu parcialmente, ocupando o 1º andar, onde se situavam a biblioteca e os setores administrativos. O diretor da faculdade, professor Pedro Parafita de Bessa, pioneiro da psicologia em Minas Gerais e eminente por sua competência e por sua integridade moral, estava ausente, convocado que fora para uma reunião na Secretaria de Segurança. Quando retornou o prédio já estava sob cerco, ele, porém, reagiu firmemente contra a pretendida invasão e consciente da má-fé de sua convocação pelas autoridades policiais, expediente usado para afastá-lo da faculdade. A sua firmeza pagou o preço de sua aposentadoria compulsória e da brusca interrupção de sua carreira em outubro de 1969.

No início de outubro de 1968, quando houve a invasão parcial do prédio, ficamos acudados nos outros andares, nos protegendo com frágeis barricadas e retendo o elevador no último andar, e assim permanecemos por quase doze horas, pois a polícia aceitou deixar todos livres desde que fossem efetuadas as prisões dos estudantes nomeados numa lista que incluía todos os membros do Diretório Acadêmico. A proposta recusada e depois de longas negociações, com intervenção de Brasília, que não desejava um novo desgaste como o ocorrido recentemente com a invasão da Escola de Medicina da UFMG, optou por liberar todo mundo. Eu saí com o apoio de um frade dominicano, Frei José Renato, grande amigo que me abrigou por alguns dias no Convento dos Dominicanos.

Mas o meu temor crescia e participei muito tangencialmente da preparação do célebre 30º Congresso da UNE previsto para outubro de 1968, em São Paulo. Eu avisei meus companheiros que não iria ao congresso e por isso não fiquei sabendo de sua localização no sítio de Ibiúna. Como se sabe, na manhã de 12 de outubro o congresso caiu e toda liderança do Movimento estudantil foi presa. Dois meses depois foi decretado o Ato Institucional nº 5

(AI-5) e mergulhamos, como diz a canção, no tempo sem sol. Eu não fui ao congresso da UNE e me afastei da Ação Popular por diversos motivos. Eu já tinha sido preso, fichado e processado e estava realmente acovardado. O medo me acompanhava constantemente e com ele convivi por alguns anos, mesmo quando o movimento de massa tinha refluído completamente. O arbítrio do AI-5 poderia atingir qualquer um considerado suspeito. Muitos companheiros tinham optado pela luta armada, com a qual eu não concordava e considerava como uma opção política militarmente inviável. Em Minas Gerais alguns conhecidos participavam do “Comando de Libertação Nacional” (Colina), que depois se uniu à “Vanguarda Popular revolucionária”, formando em 1969 a “Vanguarda Armada Revolucionária Palmares” (VAR-Palmares). Eu nada tinha a ver com tudo isso, sequer estava de acordo com a opção pelas armas, mas temia que minhas relações circunstanciais pudessem redundar em prisão e tortura.

Eu me afastei também, deve-se repetir, por convicção. Há um pequeno episódio a merecer evocação. Antes do AI-5, em momento de grande radicalização, combinamos uma agitação no centro da cidade, na Avenida Paraná, bem no final da tarde, quando os trabalhadores esperavam, em dezenas de pontos ali localizados, os ônibus para retornar às suas casas depois de longo dia de trabalho. Éramos algumas dezenas de estudantes, nós a vanguarda, e aos berros iniciamos a agitação e a distribuição de panfletos. O povo permaneceu amedrontado e indiferente diante daqueles meninos aparentemente ricos e certamente excêntricos. Pouco depois soaram as sirenes da polícia e nós fugimos. Para mim foi uma espécie de tomada de consciência da inviabilidade daquele caminho de luta. Depois vieram as trevas. Muitos presos e torturados, moças violentadas por policiais, muitos exilados, alguns antigos militantes meio enlouquecidos. Não me reconciliei com a Fafich acadêmica. Continuei o meu percurso na psicologia, mas as disciplinas mais técnicas dos últimos períodos me pareciam tolas e sem lastro teórico. Por outro lado, comecei a descortinar a Fafich contracultural, anteriormente vedada pela rigorosa moral da militância de esquerda. Nela não entrei com expectativa ou leveza, pois também não acreditava na mixórdia de sexo, drogas e *rock'n roll*, temperada com fortes doses de espiritualidade oriental, e continuava ainda apegado ao juízo satírico segundo o qual tudo aquilo não passava do velho *panem et circenses* da alienação. Embora, deva-se dizer, a dor da desesperança estimulasse o consumo alcoólico em quantidades industriais e convidasse a frequentes porres monumentais.

Concluí na descrença o meu curso de psicologia. A interdição política do futuro em meio ao alarido do milagre econômico não me lançou apenas num tempo de perdição, porque por imenso acaso iniciei a minha docência

numa faculdade do interior do Estado e comecei a me dedicar intensivamente ao estudo das teorias psicológicas e à sua fundamentação filosófica. Fiz o vestibular para o Curso de Filosofia e somente, então, redescobri a Fafich acadêmica. O tédio de antes se converteu no deslumbramento com os novos mestres e suas aulas expositivas instigantes e sapientes. Diante deles eu me sentia fascinado pelo saber a ser adquirido e, simultaneamente, muitíssimo inibido pelo sentimento da mais espessa ignorância. Não me refiro àquela socrática, agulhão da busca e sim aquela outra bem mais prosaica de perceber o quão superficial e arrogante era o meu conhecimento. A minha recordação de todos aqueles mestres está perpassada pela etimologia selvagem da palavra, na cifração “cor dare”, o “dar novamente o coração” no momento de trazer à memória minha impagável gratidão: Sônia Viegas, Ângela Mascarenhas, José Henrique Santos, José de Anchieta Corrêa, Antônio Cota Marçal, Padre Orlando Vilela, Sebastião Trogo, Moacir Laterza e ao professor de teoria marxista e grande amigo Luiz de Carvalho Bicalho, a quem, por seus cabelos brancos, chamávamos carinhosamente de “grande chefe nuvem branca”. Dentre todos devo destacar o nome do Padre Henrique Cláudio de Lima Vaz, a quem tive a honra saudar como “mestre incomparável” na solenidade em que recebeu o título de Professor Emérito da UFMG. Com ele aprendi a estudar sempre e sistematicamente, a resistir aos encantos dos modismos intelectuais, a cultivar a grande tradição do pensamento filosófico sem se deixar seduzir pela fugacidade dos “paradoxos brilhantes”. Tive o privilégio de acompanhar com assiduidade os seus cursos ordenados e abrangentes sobre Ética histórica e sistemática, Filosofia da Natureza, Antropologia Filosófica, assim como disciplinas monográficas lecionadas com clareza e erudição sobre a Física de Aristóteles, as três “Críticas” kantianas e a minuciosa e penetrante explicação do sistema hegeliano. Poucos anos após minha reconciliação com a Fafich acadêmica e estudiosa tive a sorte de ser aprovado em concurso para professor do Departamento de Filosofia da UFMG com a destinação de lecionar no Ciclo Básico de Ciências Sociais. Passei a integrar uma equipe de excepcional valor constituída pelos professores Ricardo Fenati, Ivan Domingues, Pedro Athos, Paulo Margutti, Lucia Las Casas e Fernando Portela. A eles devo acrescentar ao menos alguns outros colegas que ingressaram no Departamento de Filosofia em outros concursos e nos eram muito próximos: Newton Bignoto, Telma Birchal e Rodrigo Duarte.

O declínio da ditadura já se anunciava e o Movimento Estudantil emergia depois de longo período de amordaçamento e – apesar do clima adverso, com o fechamento temporário do Congresso nacional – foi realizado em junho de 1977, em Belo Horizonte o IIIº Encontro Nacional dos Estudantes. A discussão

política aberta retornou ao prédio da Rua Carangola e em 1979, no congresso de Salvador, a União Nacional dos Estudantes foi reconstruída. Do lugar de professor observava com lonjura e carinho a movimentação dos estudantes, embora sem entender as novas correntes como a “Liberdade e Luta” (Libelu) e “Convergência Socialista”, dentre outras. Mas me engajei na campanha pela anistia, participando da diretoria do Centro Brasil Democrático, presidido em Minas Gerais pelo saudoso professor Edgar Godói da Mata Machado e estava também intimamente vinculado a um grupo inspirado pela Teologia da Libertação, então animado e sustentado pelo grande teólogo jesuíta João Batista Libânio.

Lecionei disciplinas filosóficas no Ciclo Básico, no Curso de Psicologia e, depois, no currículo de graduação do Curso de Filosofia, mas minha atuação foi discreta, porque mesmo tendo sido por muitos anos membro efetivo da Câmara Departamental e, depois, Chefe de Departamento, eu permaneci como *outsider* em relação ao intenso processo de transformação do Departamento de Filosofia proveniente da criação do Doutorado e de sua integração ao Sistema Nacional de Pós-Graduação. As correntes de pensamento que me formaram, como a Fenomenologia, as Filosofias da Existência e o Marxismo associado à Teoria Crítica da Sociedade, eram todas de origem continental e cederam espaço às filosofias de procedência anglo-saxônica. O ímpeto da especialização e do aprofundamento dos estudos foi prevalecendo em todas as áreas e após alguns anos de estagnação no número de docentes muitos concursos para o magistério se sucederam e novos colegas foram chegando e trazendo conhecimentos que eu sequer suspeitava. O fio das gerações mantido pela conversão dos antigos alunos em novos professores foi se esgarçando e um novo *ethos* se impondo. Eu já estava de saída, iniciando a minha trabalhosa aposentadoria, mas reitero o dito em minha aula inaugural, feita logo após minha retirada da universidade pública: aos que estão vindo sejam bem-vindos e sejam recebidos como um dom, o dom do Outro.

Muito me orgulho de ter contribuído um pouco, mesmo secundariamente, na construção do Departamento de Filosofia da UFMG, que desde algum tempo excele na crescente comunidade filosófica brasileira e já se projeta a nível internacional.

Qual o valor dessas lembranças esparsas e já meio esquecidas nas quais foram omitidos tantos nomes importantes e eventos marcantes? Quase nada, se pensarmos, como registrei no início, acerca do “quem” diz, se perguntarmos pelo sujeito destas evocações. Alguma coisa, talvez, se pensarmos no “quê” se diz, no bruxulear biográfico a testemunhar o destino de nossa pátria. Palavra de pronunciado sabor cívico, tão usada e abusada por supostos patriotas, por

aqueles que jamais a amaram e nem querem saber de sua grandeza e destino. Creio ser hora de resgatá-la neste momento de tantas e tão pesadas nuvens no horizonte, quando os novos herdeiros do ódio e do arbítrio não cessam de tramar a destruição da universidade e do pensamento crítico, desprezam o povo e gostariam de vê-lo definitivamente silenciado. Que a filosofia saiba honrar sua tradição de resistência e as minhas palavras – “tão ‘pobrinhas’, coitadinhas”, como um dia disse o poeta – sejam acolhidas no mesmo espírito de esperança de liberdade e recusa da submissão.

Referências

- ARREGUY, Clara. “Fafich”. Belo Horizonte: Conceito editorial, 2014.
- DOSSE, François. “O desafio biográfico. Escrever uma vida”. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- FREUD, Sigmund. “Luto e melancolia”. In: “Obras Completas”. V. 12. Tradução e notas de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- JERVOLINO, Domenico. “Introdução a Ricoeur”. São Paulo: Paulus, 2011.
- MEDEIROS FILHO, Barnabé. “1964: o golpe que marcou a ferro uma geração”. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2014.
- RICOEUR, Paul. “A memória, a história o esquecimento”. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- RICOEUR, Paul. “Tempo e narrativa. V.1: a intriga e a narrativa histórica”. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010 a.
- RICOEUR, Paul. “Tempo e narrativa. V.3: o tempo narrado”. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010 b.
- ROBIN, Régine. “A memória saturada”. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.
- VALLE, Maria Ribeiro do. “1968: o diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil”. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

